ESPECIAL ASSEMBLEIA

APP Informa

APP SINDICATO
Em defesa da escola pública
CUT CNTE

Nº 07 - Maio 2015

NÃO ESQUECEREMOS!

APP SINDICATO
EU TÔ NA LUTA!
A força está com a educação!

Indignação e humilhação. Estes foram os principais sentimentos que nos tomaram conta nos últimos dias, principalmente na tarde do último dia 29 de abril. Desde o fatídico 30 de agosto de 1988, jamais imaginaríamos que um governo fosse novamente tratar seus educadores e educadoras com tamanha violência e insensatez.

A operação montada para, supostamente, "proteger os(as) deputados(as)" fora, na verdade, uma ação planejada minuciosamente para demonstrar que a manifestação da categoria era ilegítima. A tentativa do governador Beto Richa (PSDB) de justificar o uso da força por conta de "black blocs" hipoteticamente capitaneados pelo nosso sindicato, foi logo desmentida por milhares de imagens e vídeos que correram o mundo pelas redes sociais e canais de TV.

A reação da sociedade e de entidades nacionais e internacionais foi de repúdio à ação violenta causada pelo governador do Estado e Assembleia Legislativa, através do presidente deputado Ademar Traiano, executada pela polícia militar sob o comando do secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, e avalizada pela justiça através de uma decisão arbitrária de impedir que as pessoas sequer tivessem acesso à chamada "casa do povo".

Nossa luta sempre foi e sempre será coletiva na defesa dos nossos direitos. Tudo o que aconteceu na última semana fortalece-nos ainda mais enquanto educadores(as) e categoria. Essa gente aguerrida e forte se manterá firme na luta, organizada e pronta para as demais batalhas que teremos pela frente. As bombas, balas, gás, escudos e jatos de água não irão nos deter! A democracia prevalece. Não nos calaremos, não esqueceremos!

QUEM SÃO OS INIMIGOS DA EDUCAÇÃO?

No dia 29 de abril, 31 deputados(as) votaram contra os(as) trabalhadores(as) para aprovar o Projeto de lei 252/2015 na Assembleia Legislativa do Paraná. Veja quem foram os deputados e deputadas que traíram os(as) servidores(as) públicos(as) do Estado.

VOTARAM CONTRA OS(AS) TRABALHADORES(AS)

Alexandre Curi (PMDB)

Alexandre Guimarães (PSC)

André Bueno (PDT)

Artagão Jr. (PMDB)

Bernardo Ribas Carli (PSDB)

Claudia Pereira (PSC)

Cobra Repórter (PSC)

Cristina Silvestri (PPS)

Dr. Batista (PMN)

Elio Rusch (DEM)

Evandro Jr. (PSDB)

Felipe Francischini (SD)

Fernando Scanavaca (PDT)

Francisco Bührer (PSDB)

Guto Silva (PSC)

Hussein Bakri (PSC)

Jonas Guimarães (PMDB)

Luiz Carlos Martins (PSD)

Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Marcio Nunes (PSC)

Maria Victoria (PP)

Mauro Moraes (PSDB)

Missionário Ricardo Arruda (PSC)

Nelson Justus (DEM)

Paulo Litro (PSDB)

Pedro Lupion (DEM)

Plauto Miró (DEM)

Schiavinato (PP)

Tiago Amaral (PSB)

Tião Medeiros (PTB)

Wilmar Reichembach (PSC)

Ademar Traiano (PSDB) – Como presidente da Alep, não votou.

Cantora Mara Lima (PSDB)
Não compareceu

VOTARAM A FAVOR OS(AS) TRABALHADORES(AS)

Adelino Ribeiro (PSL)

Ademir Bier (PMDB)

Anibelli Neto (PMDB)

Chico Brasileiro (PSD)

Evandro Araújo (PSC)

Gilberto Ribeiro (PSB)

Gilson de Souza (PSC)

Marcio Pacheco (PPL)

Marcio Pauliki (PDT)

Nelson Luersen (PDT)

Nereu Moura (PMDB)

Ney Leprevost (PSD)

Palozi (PSC)

Pastor Edson Praczyk (PRB)

Péricles de Mello (PT)

Professor Lemos (PT)

Rasca Rodrigues (PV)

Requião Filho (PMDB)

Tadeu Veneri (PT)

Tercílio Turini (PPS)

Paranhos (PSC)
Não compareceu

Encaminhamentos da APP sobre o massacre e a lei

No dia seguinte ao massacre, a APP-Sindicato recebeu inúmeros apoios de entidades e movimentos. Em vista disso, o sindicato, junto com apoiadores(as), criou o Comitê de Direitos Humanos 29 de abril (comitedh29deabril@gmail.com). Ele acompanhará a apuração das responsabilidades dos fatos do dia 29. Além disso, o Ministério Público Estadual abriu um inquérito e está ouvindo testemunhas do ocorrido (fotos e vídeos devem ser encaminhados ao e-mail denuncias29deabril@mppr.mp.br). Por fim, a direção da APP participará de uma audiência pública no Senado Federal, em Brasília, sobre o tema. O sindicato também encaminhará denúncias ao Ministério da Justiça, Procuradoria Geral da União e Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com relação a lei que modificou a ParanáPrevidência, a APP estuda medidas legais para derrubar a legislação, tendo em conta que o governo sancionou sem receber o parecer de legalidade da mesma do Ministério da Previdência. Inclusive, se o Ministério considerar ilegal a mudança realizada pela lei aprovada no último dia 29, o órgão cassará o certificado de regularidade previdenciária do Paraná. Sobre as faltas deste período de greve, a APP está orientando aos(às) diretores(as) que não enviem as faltas aos NREs. A entidade também deverá negociar para que as mesmas não sejam descontadas.